

Entre la subalternidad y el socialismo indoamericano: Reflexiones sobre un marxismo decolonial

Between Subalternity and Indo-American Socialism: Reflections on a Decolonial Marxism

Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: Reflexões sobre um marxismo decolonial

JÓRISSA DANILLA AGUIAR**

RESUMEN: Este artículo tiene como principal objetivo analizar de forma crítica, desde una perspectiva marxista, el movimiento decolonial en América Latina. Se trata de un proyecto teórico-político de intelectuales latinoamericanos que surge en la contemporaneidad con el argumento de resistencia al occidental-centrismo y la consecuente renovación crítica de las Ciencias Sociales en el subcontinente. Investigamos cómo dos teorías que son claves para pensar la constitución de nuestro objeto, el movimiento decolonial, se expanden en el mundo académico: la teoría poscolonial y el estudio del sujeto subalterno; así como la forma con la que esas teorías son recibidas en el subcontinente, y han ganado fuerza a partir de la década de 1990, la cual fue marcada por el lanzamiento de la obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, del peruano Aníbal Quijano (1928-2018). Problematicamos las aproximaciones de los autores decoloniales sobre la concepción de la política marxista de los subalternos a partir de la recuperación de parte del conjunto de la obra político historiográfica de Antonio Gramsci (1891-1937) y J. C. Mariátegui (1894-1930) como eje teórico-metodológico, y teniendo en cuenta que esos autores realizan interpretaciones sobre la cuestión nacional y el desarrollo desigual a partir de las contribuciones de la metodología dialéctica. Asimismo argumentamos que Gramsci y Mariátegui, al estimular una profunda asociación entre el saber intelectual y la voluntad popular, indican elementos que en la actualidad pueden ser presentados por una izquierda decolonial.

PALABRAS CLAVE: *Subalternidad, indoamericanismo, decolonialidad, marxismo.*

ABSTRACT: This article aims to critically analyze, from a Marxist perspective, the decolonial movement in Latin America. It is a theoretical-political project of Latin American intellectuals that arises simultaneously with the argument of resistance to the Western-centrism and consequent critical renovation of the social sciences in the subcontinent. Therefore, we investigate how two theories that are key to think about the constitution of our object, the decolonial

** Pós-doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Brasil). <jdaniillaaguiar@hotmail.com>.

movement, expand in the academy: the postcolonial theory and the study of the subaltern subject, as well as the way in which these theories are received in the subcontinent. They have gained strength since the 1990s, with the launch of *Coloniality and Modernity-Rationality* (1992) by Peruvian Aníbal Quijano (1928-2018). The present text problematizes the ideas of the decolonial authors about the conception of the Marxist politics of the subordinates, having as a theoretical-methodological axis the recovery of a part of the set of the historiographical political work of Antonio Gramsci (1891-1937) and J. C. Mariátegui (1894-1930), considering that these authors make interpretations about the national question and uneven development from the contributions of the Marxist dialectical methodology. We argue that Gramsci and Mariátegui, by stimulating a deep association between intellectual knowledge and popular will, indicate elements that can nowadays be presented by the decolonial left.

KEYWORDS: *subalternity, Indo-Americanism, decoloniality, Marxism.*

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo analisar de forma crítica, desde uma perspectiva marxista, o movimento decolonial na América Latina. Se trata de um projeto teórico e político de intelectuais latino-americanos que surge na contemporaneidade com argumento de resistência ocidental-centrismo e a consequente renovação crítica das Ciências Sociais no subcontinente. Investigamos como duas teorias que são fundamentais para pensar a constituição do nosso objeto, o movimento decolonial, se expande no mundo acadêmico: teoria pós-colonial e o estudo do sujeito subalterno; assim como a forma em que essas teorias são recebidas no subcontinente, e ganharam força a partir da década de 1990, que foi marcado pelo lançamento do trabalho “Colonialidad y modernidad-racionalida”, 1992, do peruano Anibal Quijano (1928-2018). Problematizamos as aproximações de autores decoloniais sobre a política de concepção marxista dos subalternos a partir da recuperação de toda parte política historiográfica de Antonio Gramsci (1891-1937) e JC Mariátegui (1894-1930) como eixo teórico -metodológico, e considerando que esses autores fazem interpretações sobre a questão nacional e do desenvolvimento desigual das contribuições da metodologia dialética. Também argumentamos que Gramsci e Mariátegui, estimulados por uma profunda associação entre o conhecimento intelectual e popular indicam os elementos que hoje podem ser apresentados por uma esquerda decolonial.

PALAVRAS-CHAVE: *subalternidade, indo-americanismo, decolonialidade, marxismo*

RECIBIDO: 13 de noviembre de 2017. **ACEPTADO:** 04 de abril de 2018.

INTRODUÇÃO

Nosso percurso teórico-metodológico, ao passo que é produto, contribui para gerar um espaço de discussão e reflexão de momentos distintos da recepção do marxismo na América Latina, assim como chama ao debate temas que o marxismo lida com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise da colonialidade, do nacionalismo e de sociedades de desenvolvimento desigual, e, não menos importante, a questão relacional entre raça e classe (e intrinsecamente a questão indígena). Não significa afirmar, contudo, que são temas negligenciados pela perspectiva marxista, principalmente a partir de correntes e autores que expressam a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas e eurocentristas, tampouco significa cobrar a possibilidade de uma iniciativa intelectual de Marx e Engels em que os autores estudem definitivamente a história das lutas de classes particulares de todos os países fora do circuito da Europa.

A fundamentação metodológica adotada decorre do objetivo que pretendeu-se avançar: uma análise crítica marxista do movimento *decolonial* que hoje se apresenta como um projeto teórico-político de intelectuais latino-americanos e que surge contemporaneamente pela necessidade de romper com o ocidental-centrismo, objetivando conseqüentemente uma renovação crítica das Ciências Sociais no subcontinente. Esse movimento relaciona-se, também, com a expansão no subcontinente do argumento pós-colonialidade e dos estudos subalternos. É consenso entre os decoloniais a necessidade de combater o ocidental-centrismo, ou eurocentrismo, que se manifesta em diferentes lugares e de diferentes formas no saber e no poder expostos pela divisão imperial/colonial que não se finda com o advento da República e a independência formal dos Estados.

Partindo para a análise do contexto político em que se estruturou o movimento intelectual decolonial, é válido destacar que o cenário mundial durante a primeira década do século XXI trouxe consigo um aprofundamento de luta de classes em diferentes ordens, de caráter nacional-popular, refutando-se políticas e governos neoliberais, sendo marcantes na América Latina as lutas por nacionalizações dos recursos naturais. São mudanças políticas que se apresentam e que exigem – ao mesmo tempo em que estimulam – novas reflexões teóricas, tornando a América Latina um grande laboratório a céu aberto em termos de resistências no mundo. É nesse contexto político e social que em meados da década 1990 e,

principalmente na década de 2000 o grupo decolonial foi sendo paulatinamente estruturado, recobrando no espaço acadêmico temas como identidade, multiculturalidade, ao mesmo tempo aproximando a história latino-americana, a formação dos Estados Nação e o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de colonialidade do poder e do saber. Como resultado desse momento de transformação, abriu-se ainda mais o espaço para se postular a necessidade de renovação crítica das Ciências Sociais na América Latina. A forma com que os intelectuais que perfazem o movimento decolonial realizam essa guinada epistemológica se apresenta de maneira heterogênea, onde um grupo se delimita a realizar uma crítica anti-neoliberal, cuja ênfase estava em pautar mudanças parciais dentro dos limites estabelecidos pelo Estado burguês. Os autores decoloniais clássicos, contudo, se aproximam do pensamento marxista e da perspectiva dialética.

Na esteira dessa reflexão, pretendeu-se investigar aproximações –dentro desta perspectiva heterogênea– do pensamento marxista revolucionário com o movimento decolonial. Investigamos como o marxismo tem abordado temáticas que atingem a América Latina, não sendo necessário, em nossa hipótese, o rompimento com a perspectiva marxista para se concretizar avanços na ciência social e política latino-americana. Entendemos que interpretações essencialista do processo histórico que somente desqualificam e desautorizam a perspectiva marxista enquanto método, o engessam e vinculam à posições exclusivamente relacionadas ao stalinismo soviético como forma de ocultar outras perspectivas teóricas da tradição do marxismo revolucionário, como o leninismo e o próprio trotskismo.

Por fim, como apontamentos conclusivos, indicamos que Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui aproximaram a concepção tradicional da política marxista dos subalternos, estimulando uma profunda associação entre saber intelectual e vontade popular, indicando elementos que contemporaneamente são apresentados por uma esquerda decolonial.

Nossa recuperação crítica do movimento decolonial não desconsidera a demanda acertada pelo rompimento com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber. Ao trazer ao debate os autores que perfazem nosso arcabouço teórico decolonial, objetivamos contribuir para reconstrução das relações entre o pensamento de Marx e as particularidades da América Latina, pensando dialeticamente o regional e o internacional, assim como fez Gramsci ao se debruçar sobre a análise da formação social e econômica

italiana formulando estrategicamente as bases para uma revolução socialista, ou como fez Mariátegui, ao realizar o mesmo intento no Peru.

GRAMSCI, MARIÁTEGUI E O COTEJO DO MARXISMO REVOLUCIONÁRIO COM AS PARTICULARIDADES LOCAIS

Podemos visualizar no italiano Gramsci e no peruano Mariátegui relevantes semelhanças entre suas formulações teóricas e práxis política, firmadas no afã revolucionário decorrente de 1917. Torna-se pertinente frisar o quão profundamente marcante foi a Revolução Russa para o desenvolvimento teórico dos mencionados autores. Influenciados pela estratégia bolchevique, vislumbravam na educação das massas – numa concepção mais ampla da educação e formação cultural dos grupos subalternos – uma ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária, sendo marcante ainda a experiência ordinovista¹ na aprendizagem e adesão ao socialismo na trajetória de ambos. Como destacado por Fernanda Beigel (2005: 39), essas marcas do periodismo desenvolvido em Turim sob a direção de Gramsci como uma “concepção política e uma forma de práxis” também se fizeram presentes na formação mariateguista, tanto que o marxista peruano funda, ao voltar ao país, uma revista, a *Amauta*², com finalidade semelhante ao primeiro período ordinovista.

A Revolução do outubro, como acertadamente indicou Gramsci, representou uma “nova atmosfera moral” de liberdade, um fato político fruto da vontade coletiva que o gestou (Gramsci, 2004). Seus aspectos centrais de caráter universal abriram espaço para provocar internacionalmente alicerces para pensar uma nova cultura e experiência revolucionária proletária a partir do que aconteceu na Rússia fundamentalmente entre 1917 e 1920, inspirando outros revolucionários em todo mundo, inclusive na América Latina. O significado da Revolução Russa na interpretação do marxismo de Gramsci e Mariátegui, reflete no debate marxista latino-americano e europeu em meados da década de 1920 e 1930, partindo da

¹ Em referência ao periódico italiano dirigido por Gramsci, a experiência ordinovista aqui retratada dimensiona os diversos momentos do *L'Ordine Nuovo*, ou seja, o movimento de revista de cultura operária até o terreno onde se criou as premissas para o desenvolvimento de um partido da mesma classe.

² Palavra que em quéchua que significa pensador, mestre, sábio, e que se tornou também seu apelido.

premissa de que os autores expressam a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas.

É relevante destacar que, muito embora as principais obras dos autores aqui mencionados tenham sido escritas cerca de uma década ou mais após a Revolução Russa³, as inquietações em comum encontradas em seus escritos e militância mantem uma linearidade e conseqüente maturação, onde discutiram temas nacionais tendo como norte a construção de uma nova sociedade articulando teoria e prática revolucionária. Assim, o vivo testemunho histórico foi o terreno onde se desenvolveu a convicção no marxismo de ambos.

O plano de fundo para que Gramsci escrevesse os *Quaderni* se dá no contexto da história italiana e das lutas de classes mundial, em função de um balanço de suas experiências políticas anteriores, ainda sobre o impacto da revolução de outubro, do legado dos conselhos e ocupações de fábrica em Turim, o *Biennio Rosso*, entre os anos 1919 e 1920, a fundação do Partido Comunista da Itália, em 1921, a ascensão do fascismo, assim como os debates no interior da III Internacional. De maneira criativa, abordou temas relacionados à superestrutura num momento de burocratização da União Soviética sem descurar a centralidade do trabalho na reprodução da vida social, visando estratégias de transição revolucionária. Como destaca Anita Schlesener (1992: 41), havia a “necessidade de enfrentar as interpretações mecanicistas do marxismo, cuja influência no movimento operário italiano (principalmente Bukhárin) precisava ser considerada; também para romper com as interpretações idealistas (Croce e Gentile)”, muito devido à liderança ideológica exercida por estes intelectuais na Itália.

Mariátegui, por sua vez, se envolve com o movimento estudantil peruano, inspirado em grande medida pela Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina⁴, e sua militância –mesmo que ainda incipiente– e

³ Aqui nos referimos aos *Cadernos do Cárcere* (1929-1936), de Gramsci, e aos *Sete Ensaios de interpretação da realidade peruana* (1928), de Mariátegui.

⁴ O movimento estudantil que se iniciou em 1918 com a luta dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade assinala o nascimento de uma nova geração latino-americana, proporcionando uma agitação posterior em outros países. Não se tratando de um movimento restrito à universidade, partindo da ideologia e inspiração revolucionária da Revolução Russa, a greve geral iniciada pelos estudantes da cidade argentina de Córdoba contra a aristocracia local continha fundamentalmente três reivindicações: a participação dos estudantes no governo das universidades, a inserção dos povos latino-americanos e sua história na mesma, e a modernização do sistema universitário, onde o corpo docente

a consequente oposição ao então presidente peruano, Augusto Leguía, lhe rende o fechamento do jornal onde trabalhava à época, o *La Razón*, e um “exílio” forçado na Europa, onde viveu durante os anos de 1919 a 1923, tendo passado maior parte do tempo na Itália. Vivia como uma espécie de “agente de propaganda do governo no exterior”, alternativa que lhe foi dada para não ser preso em solo peruano. Posteriormente afirmava que somente durante sua estadia na Europa, mais precisamente através da sua experiência de viver por vários anos na Itália e através da passagem por outros países onde vivenciou as experiências do movimento operário nas organizações sindicais e partidárias e os impactos da Revolução Russa, foi capaz de compreender as relações capitalistas em países semicoloniais como no Peru. Durante a estadia na Europa, Mariátegui é leitor do jovem Gramsci, que estava organizando a imprensa do partido comunista da Itália.

O Amauta se apropriou dinamicamente das táticas de Frente Única Proletária e Frente Única Antiimperialista e ampliou o alcance da tática frentista para incorporar os indígenas, que à época compunham 4/5 dos oprimidos do país. Problematizava que a marginalidade a qual se encontravam os indígenas peruanos não se devia a uma suposta superioridade étnica, cultural, mas a uma dominação política e econômica levada a cabo pelas classes dominantes principalmente pela dominação territorial (Mariátegui, 2005, 2008). Mais do que um ajuste na práxis frentista, esta ampliação exigiu esforços teóricos de compreensão da economia, política e culturas presentes no território peruano. Como decorrência prática de sua estadia na Europa concentradamente na Itália, ao retornar ao Peru, em 1923, esforçou-se em elaborar o programa e o partido da revolução no país, compreendido como parte da economia mundial. Seu propósito era unir a tarefa de compreender a realidade peruana, contribuir para a organização do proletariado como classe consciente e impulsionar as lutas indígenas e camponesas em unidade com o programa socialista. Restava

não tinha representação, não se renovava e carecia de liberdade de cátedra (Manifesto de la F. U. de Córdoba, 1918). Partia-se do conhecimento da realidade local e regional, para se construir a partir de um vínculo dialético uma filosofia capaz de oferecer-se como arma intelectual ao proletariado. Falava-se numa reforma que perpassasse pelo âmbito da filosofia porque precisamente nessas classes médias se encontraria a conexão com seu papel na história. Conforme afirmava Marx na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, a filosofia encontraria no proletariado suas armas materiais, enquanto o proletariado encontraria na filosofia suas armas intelectuais (MARX, [1843] 2005: 156).

às classes subalternas – composta em grande parte por indígenas – pensar estrategicamente como poderiam se organizar politicamente para se defender e também contratar. É importante ressaltar que Mariátegui não acreditava em uma “etapa democrático-burguesa nacional e antifeudal”, seu horizonte era o caráter da revolução socialista, que tinha como ponto de partida o Peru incaico e as suas formas antecedentes de auto-organização. Rechaçava o transplante dos modelos de desenvolvimento sócio econômico da Europa para a América Latina. Como argumenta Jean Tible, pensar em Marx e América Latina – e América Indígena – é postular o Marx pensador das lutas concretas e conceituais; não procedendo dessa forma, seria inviável qualquer diálogo proposto entre o filósofo alemão e nossa realidade contemporânea, de uma região em luta (Tible, 2012).

Mariátegui procurou traduzir, adaptar, métodos leninistas para a América Latina. Desenvolve seus ensaios teóricos e formulações sobre qual fração subalterna lideraria uma frente única anti-imperialista e, posteriormente, de classe frente a um processo revolucionário, uma análise que Lênin realizou na Rússia ao concluir que sem o apoio dos camponeses não haveria revolução possível num país com grandes porções de trabalhadores camponeses submetidos à situação de semi-servidão.

Ainda sobre a herança leninista, Gramsci, em sua perspectiva revolucionária, formula dois conceitos relacionais que são fundamentais para entender o objetivo de sua obra, a hegemonia e a subalternidade. Com o conceito de hegemonia, o italiano indica que esta revela uma luta política e ideológica da classe dirigente, realizada através da força e do consenso. Já a categoria *subalterno* se estende aos conceitos consagrados de “proletariado” e “campesinato”, tendo como objetivo compreender toda diversidade das lutas de classe na Itália da época, ao passo que contemplava elementos teóricos que pudessem compor uma “nova sociedade civil anticapitalista” (Galastri, 2014: 36, Del Roio, 2007: 64). São formulações imprescindíveis na obra gramsciana e que contemporaneamente são utilizadas sem o rigor filológico devido, distanciando-se de uma perspectiva revolucionária, ou seja, de uma perspectiva distante do campo metodológico de Gramsci, quando não antagônico a esse.

AS NOVIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: TEORIA PÓS-COLONIAL, OS SUBALTERN STUDIES E A RECEPÇÃO NA AMÉRICA LATINA

São duas as fontes teóricas, além das particularidades latinoamericanas, que nos aparecem como chaves para pensar a constituição do nosso objeto

e que têm se expandido na academia: a teoria pós-colonial e o estudo do sujeito subalterno. Ganham espaço primeiramente no ambiente acadêmico anglófono, não tardando em se estender também para a América Latina, interessando-nos, pelos objetivos do trabalho, especificamente em trilhar o caminho genealógico com que essas teorias são recebidas no subcontinente.

Esse caminho de derivações teóricas diversas parte da expansão da teoria pós-colonial, com o argumento que procura reaver um tempo histórico posterior aos processos de colonização, ao mesmo tempo em que questiona uma divisão geográfica do mundo, que seria criada com finalidades políticas e ideológicas, referindo-se à necessidade de emancipação de sociedades diversas, partindo de sua recuperação histórica. Reforçando o argumento da pós-colonialidade, praticamente de forma concomitante, é definidora para pensar a constituição do nosso objeto a expansão dos estudos de Antonio Gramsci e suas reflexões sobre a subalternidade, sendo fundamental a popularização dos estudos gramscianos fora da Itália de forma livre com a marcante atuação do grupo indiano *Subaltern Studies*. Os subalternistas indianos são precedentes e inspiram a formação do que viria a ser o grupo latino-americano de estudos subalternos e, contemporaneamente, o grupo modernidade/colonialidade e a radicalização de seu argumento com o movimento decolonial. Sua abordagem parte do tema da subalternidade junto à problematização sobre a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento desigual de regiões diferentes em uma mesma formação econômico-social, que resulta em postular grupos “à margem da história”, como formulou o marxista italiano.

Assim, a teoria pós-colonial e os estudos subalternos se propagam como novidades teórico-metodológicas, primeiramente com o palestino Edward Said, que, mantendo certa distância crítica da teoria marxista clássica em geral, parte do estudo político e ideológico da construção pós-colonial de mundo. Em sua obra *Orientalismo*, de 1978, refletiu-se com mais afinco sobre a divisão geográfica imaginária entre ocidente e oriente do mundo em que estamos imersos, recuperada em uma dimensão crítica e política, onde a representação do *outro*, desde uma perspectiva eurocêntrica, fazia parte de uma construção sistêmica de repressão colonial, onde se apagava a história dos povos subalternos pelas narrativas hegemônicas (Said, 2007). Trata-se de uma perspectiva teórica que ganha espaço no mundo acadêmico e que permite pensar a reconstrução dos

espaços de emissão dos discursos em sociedades em que se instalou o saber/poder da colonialidade destacando o resgate da história, do conhecimento e do sujeito subalterno na luta por autonomia.

Os estudos pós-coloniais incorporam algumas questões de classe e das respectivas formas de opressão das elites coloniais e hegemônicas, e também das teorias culturalistas, no que faz referência às diferentes formas de opressão e discriminação dos diversos excluídos. Interpretam a modernidade a partir de outro lugar, enfatizando a necessidade de fazer uma nova leitura do processo de colonização. São mudanças que afetam várias disciplinas pelo fato de seus “objetos de estudos” terem se tornado sujeitos e, nesse contexto, passam a estar situados em diferentes pontos do sistema mundial, atuando na possibilidade de se fazer um “novo momento de reinvenção” dos saberes como acertadamente apontam Ribeiro e Escobar (2012: 15). Ao falar de pós-colonialismo, fazemos referência ao período posterior aos processos de descolonização na segunda metade do século XX, enquanto que como contribuição teórica, ganham espaço a partir da década de 1980. Como afirma Stuart Hall,

O que o conceito *pode*⁵ nos ajudar a fazer é descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização. Pode ser útil também (embora aqui seu valor seja mais simbólico) na identificação do que são as novas relações e disposição do poder que emergem nessa nova conjuntura. (Hall, 2013:117)

O autor indica ainda que houve uma mobilização política nessa conjuntura histórica de guerras de libertação em África e Ásia somadas aos trânsitos e do alargamento das fronteiras ao passo que as grandes correntes teóricas ditas europeias, a exemplo do marxismo, começavam a serem revistas. Nascia, pois, uma nova intelectualidade fruto desse deslocamento de fronteiras e do entendimento da globalização como um processo transnacionalizado. A preocupação em entender a forma pela qual as culturas nacionais inglesa, francesa e norte-americana mantiveram a hegemonia nos países periféricos – uma preocupação que estava também em Gramsci – começa a permear as obras de alguns desses intelectuais, imprimindo-os uma marca política.

No contexto de efervescência da teoria pós-colonial, ainda no final da década de 1970, surge o *Subaltern Studies* (Grupo de Estudos Subalternos),

⁵ Grifo do autor.

composto em sua maioria por pensadores do sul-asiático, dirigido por Ranajit Guha, um historiador indiano de origem marxista. Além de Guha, destacam-se os trabalhos de Dipesh Chakrabarty, Gyanendra Pandey, Partha Chatterjee, e da mais conhecida, Gayatri Chakravorty Spivak, autora de “Pode o subalterno falar?”, com uma proposta de um modelo de crítica pós-colonial que contempla fundamentalmente uma reflexão sobre os instrumentos de poder e representação dos sujeitos subalternos e fundamentalmente da subalternidade da mulher na Índia, destacando ainda a cumplicidade dos intelectuais com práticas subalternista (Spivak, 2010). A discussão trazida pelo grupo de estudos subalternos reunia estudiosos de influência gramsciana, aludindo às particularidades das sociedades pós-coloniais – ainda restringidos à Índia, ao Paquistão entre outros locais. Trata-se de um movimento desafiante porque procurou desvendar as identidades a partir das relações de poder e não somente com relação aos espaços, geograficamente falando. São discussões que ganharam notoriedade inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, ressaltando-se, ainda, a tradutibilidade e funcionalidade do pensamento gramsciano no sentido de incorporar e sintetizar o diverso, nesse contexto (Baratta, 2011).

Cabe destacar que nesse momento, em meados da década de 1970, a difusão das ideias gramscianas é realizada de maneira livre e arbitrária. É desta forma que se populariza o nome do Gramsci fora da Itália nos meios intelectuais e acadêmicos, primeiro no meio anglófono, refletindo na América Latina, e geralmente, no último caso, correlacionados aos partidos comunistas, algumas revistas e outras publicações. Recuperar o sentido da categoria *subalterno* de forma rigorosa nos parece fundamental; é a partir da reflexão trazida sob essa categoria por Gramsci que podemos repensar o sentido das intervenções políticas a partir do colapso do bloco soviético, reconhecendo também a necessidade de se reconfigurar a luta por outra hegemonia, e, fundamentalmente recuperar a carga revolucionária dessa categoria relacional, descolando-a das leituras euro-comunistas ou culturalistas.

Massimo Modonesi afirma acertadamente que Antonio Gramsci foi o primeiro marxista a utilizar a categoria *subalterno* com uma densidade teórica não experimentada anteriormente, que ia além do sentido convencional, referindo-se à subordinação derivada de uma estratificação hierárquica, possuindo estreita relação com sua formulação sobre hegemonia (Modonesi, 2010). Esse foi o primeiro significado atribuído à

subalternidade, o sentido literal de hierarquização do exército, inclusive pelo revolucionário italiano, ainda no Caderno 1, onde a igreja também aparece como uma força subalterna e não mais uma potência ideológica, havendo perdido sua posição de predomínio (Green, 2007). Depois, no Caderno 3, §14, de 1930, Gramsci emprega o pela primeira vez o “tratamento de classe social ao termo subalterno”, no parágrafo intitulado *História da classe dominante e das classes subalternas*, sendo reagrupadas posteriormente no Caderno 25, de 1934 (Ibid., p. 200, Liguori, 2013: 85). É nesse caderno temático que Gramsci avança em seus critérios metodológicos relacionais para se apreender as características que perfazem os grupos subalternos (não mais classes) e suas possibilidades de organização em um partido e em um Estado integral, rompendo com o historicismo unilateral.

Contudo, o marxista sardo não desenvolveu esse conceito de forma aberta nos *Quaderni*, sendo necessário lembrar que, ao escrever diretamente sobre a história dos grupos subalternos, no Caderno 25, por exemplo, nas mais de quinze páginas onde recupera metodologicamente o sentido dos grupos subalternos – como eles se formariam e por que finalidade – Gramsci já experimenta o esgotamento de suas capacidades físicas e intelectuais (Gramsci, 2002). Para chegar ao conceito de subalterno, o italiano remete a um “par dicotômico” entre dominação e subalternidade, entre quem domina e quem é dominado – seja o governante ou patrão – em hierarquia (Semeraro, 2012: 65). Indica em todo trajeto histórico-político de suas obras (incluindo decisivamente as pré-carcerárias) como se deu a construção da subalternidade na Itália, partindo da análise do processo de unificação do Estado italiano e das políticas protecionistas que faziam escoar recursos do *Mezzogiorno* para a região fértil da Itália Setentrional, como destacado por Luciana Aliaga (2016). Ao referir-se aos subalternos, Gramsci estaria “ampliando seu raio de visão, perscrutando, a partir da questão meridional italiana, uma questão meridional planetária, composta por imensa e formar uma frente única de classes, sob direção proletária”, levando em consideração as especificidades nacionais (Del Roio, 2007: 77). Escutemos Gramsci:

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. (Gramsci, 2002: 139-140)

Com esta reflexão, Gramsci pretendia elucidar a divisão e a diferente formação econômico-social italiana (entre os setentrionais, centrais, meridionais e os sardos), expressão das contradições históricas mais profundas de dominação no terreno estrutural e superestrutural, onde a unidade seria fundamental para a conformação do Estado. Sem descurar da carga cultural da categoria subalterna, o revolucionário sardo explicita que, por estarem desagregadas no terreno da sociedade civil –onde se disputa hegemonia e poder– e por terem sua atividade organizativa e cultural continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes, seria apenas através da iniciativa autônoma e da tomada de consciência de sua personalidade histórica que se possibilitaria a sua transformação em favor de uma existência objetiva com representação política. Essa seria uma tarefa que estaria atada à filosofia da práxis, à formação de intelectuais orgânicos e à “possibilidade de se tornarem partido em disputa pela hegemonia”, quando se produz uma revisão de todo modo de pensar porque se modifica o modo de ser da classe subalterna (Galastri, 2014: 45). Somente modificando a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se pode transformá-la. Para Gramsci, essa é uma função determinante dos intelectuais em luta política, por representarem o vínculo orgânico entre o modo de produção a superestrutura.

É comum encontrar a uma utilização arbitrária da caracterização de subalternidade em Gramsci, descolada do contexto político em que o marxista sardo a formula, descurando a carga revolucionária dessa elaboração teórica gramsciana que é uma sofisticação e atualização do binômio marxista de burgueses versus proletários, em consonância também com a elaboração leninista de aliança de classe.

Além dessas duas perspectivas teóricas – a teoria pós-colonial e o estudo da subalternidade – é fundamental pontuar a particularidade latino-americana, cunhada pela primeira vez a partir do marxismo em termos críticos e teóricos pelo peruano Mariátegui com o indoamericanismo a partir de uma perspectiva socialista. Assim, nos pareceu fundamental recobrar, na primeira parte do artigo, as primeiras tentativas significativas em analisar a realidade latino-americana em termos marxistas e de “estabelecer as bases para uma orientação política revolucionária” (Löwy, 2006: 14). De acordo com Michael Löwy, essas tentativas vieram à tona com o surgimento da corrente comunista, uma corrente que mesmo de forma tímida, inspirou a formação de partidos e teve suas resoluções iniciais pautadas na III Internacional e nas discussões sobre o atraso colonial em relação

ao desenvolvimento globalizado. Seguindo a divisão proposta por Löwy, essa primeira fase do marxismo latino-americano⁶, mais aberto, onde a revolução assume um caráter socialista, democrático e antiimperialista, compreende os anos de 1920 e 1930 sendo marcante o debate peruano entre José Carlos Mariátegui e Raúl Haya de la Torre, seu principal interlocutor à época, este último realizando uma crítica ao marxismo eurocêntrico e defendendo uma visão essencialista latino-americana, reinterpretando o marxismo com o objetivo de superá-lo. As originais contribuições de Mariátegui e sua síntese entre o marxismo enquanto teoria geral e a especificidade da realidade regional da América Latina foram destacadas na primeira parte do artigo.

O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE E A RADICALIZAÇÃO COM O ARGUMENTO DECOLONIAL

O argumento pós-colonialidade e a subalternidade ecoam para além do universo anglo saxão, chegando à América do Norte e América Latina. O papel dos estudos das humanidades na consolidação do domínio colonial passou a fazer parte da academia norte-americana com o grupo *Foreign Culture*, ou Culturas Estrangeiras, onde se abriu espaço para se estudar o pós-modernismo, os estudos culturais e a teoria feminista, e, conseqüentemente, para a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. Contudo, essas

⁶ Na obra “O Marxismo na América Latina”, Michel Löwy realiza uma periodização que aponta três etapas do marxismo na América Latina, de acordo com o caráter das revoluções, elencando os principais teóricos e principais fatos políticos que marcaram cada fase do marxismo latino-americano, até o ano de 1999. A primeira fase é marcada pelo já citado debate peruano, que ganhará maior descrição ao longo da tese e pela a insurreição salvadorenha com Farabundo Martí, principal fato político do período. Já sob a segunda etapa, pós década de 1930, observou-se o mais difícil passo no avanço da revolução socialista no subcontinente, por conta da influência stalinista e de sua estratégia etapista e de conciliação de classes a través da frente popular. Incipientes revoluções nacionais democráticas foram ensaiadas neste período, a exemplo do Brasil com Luis Carlos Prestes e a rebelião vermelha de 1935. Este período se finda com o retorno do marxismo mais aberto e heterodoxo, inspirado pela triunfante revolução cubana de 1959. Correntes radicais na fase “pós-revolução cubana”, último período relatado por Löwy, espelharam-se em Fidel Castro e Che Guevara, que trouxeram a necessidade da luta armada e o caráter socialista da revolução frente aos partidos comunistas de inspiração na URSS para esta última fase marxista, de acordo com o recorte aqui empregado. O autor acrescenta à segunda edição, de 2006, alguns fatos posteriores, como a eleição de Hugo Chávez para presidência da Venezuela e as novas tendências da esquerda, a exemplo da Teologia da Libertação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, as lutas Zapatistas, entre outras (Löwy, 2006).

teorias pareciam desconectadas da realidade social latino-americana, ou seja, faltava o estudo da dependência econômica e a crítica às ideologias eurocêntricas. A partir do descontentamento com esse distanciamento e com a necessidade de rearticular uma nova repolitização da teoria, John Beverly, entre outros intelectuais que lá viviam, fundaram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, e no ano de 1995 publicam o “Manifesto inaugural” do grupo –originalmente publicado em 1993 na revista *Boundary 2*, editada pela Duke University Press–, inserindo o subcontinente no debate pós-colonial. De acordo com o Manifesto inaugural, Ranajit Guha teria inspirado a fundação de um “projeto similar dedicado ao estudo do subalterno na América Latina” tratando-se de processos que “convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente” (Manifesto, 1998: 70 apud Ballestrin, 2012)⁷.

O manifesto ressalta que, além do Grupo de Estudos Subalternos indiano, outros movimentos locais foram fundamentais na condução dos Estudos Latino-americanos pelo grupo, a exemplo das revoluções mexicana (1910), cubana (1959) e nicaraguense ou sandinista (1979). Ou seja, são intelectuais engajados politicamente, em maior ou menor medida, com relevante atuação nos espaços acadêmicos e também em fóruns e movimentos sociais. Esses movimentos de resistência pontuavam a necessidade de reconceitualizar a relação entre Estado, nação e povo (Idem). A Associação de Estudos Latinoamericanos –LASA e o Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) contam como espaços importantes para a formação e consolidação do grupo, pelo suporte institucional oferecido e pela formação interdisciplinária que oferece. Entendemos que a constituição de grupos de estudos latino-americano é parte de uma formação que é constante e que está atenta aos processos políticos do subcontinente, de resubalternização de nossos sujeitos históricos revolucionários, como o índio, o camponês, o mestiço, o negro, e outros sujeitos oprimidos por diferenças de sexo, orientação sexual, nacionalidade, crença.

⁷ O manifesto foi publicado inicialmente pela revista *Boundary 2* (vol. 20, número 3) e reimpresso depois no volume *The Posmodernism Debate in Latin America* (eds: J. Beverly, J. Oviedo, M. Aronna, Duke University Press 1995) com o título “Founding Statement” (Castro Gómez, 1998). A tradução para o espanhol foi feita por Santiago Castro-Gómez e publicada no livro editado por ele e Eduardo Mendieta, de título *Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate)*, México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

Ainda em meados da década de 1990 é marcante o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, do sociólogo peruano Aníbal Quijano, falecido no presente ano. Trata-se de um marco teórico na luta travada no campo da história das ideias que busca romper com o ocidental-centrismo, a partir do enfrentamento da colonialidade.

Não é secundário ressaltar que, justamente na década de 1990 o marxismo vivia um momento dicotômico importante e que pode indicar sintomas para a divisão entre pensamentos, estratégias e assimilação teórica entre o grupo de intelectuais latino-americanos quanto ao marxismo. Por um lado se verificava à época o que muitos autores identificam como “fim do socialismo real”, com a enfraquecimento dos partidos comunistas existentes no mundo, as reestruturações no campo da economia e a abertura política e consequente agravamento da crise das repúblicas da União Soviética alavancada pelo governo russo de Mikhail Gorbachev, culminando na caída do muro de Berlim; por outro, em alguns países, incluindo decisivamente a América Latina, havia a redescoberta das teorias críticas e também do diálogo aberto da teoria marxista com os movimentos sociais. Essa renovação crítica do marxismo tratava de mobilizar conceitos que se relacionassem de forma mais direta com as situações concretas de cada país no marco geral do capitalismo. O universo acadêmico, como reflexo do movimento real da sociedade, apresenta essa dicotomia.

O grupo latino-americano de estudos subalternos discorria sobre as sociedades plurais, inferiorizadas pelo pensamento europeu, exotizadas em contraste com as sociedades “desenvolvidas” e tinha como seu grande expoente o argentino Walter D. Mignolo, reconhecido pela sua produção acadêmica em torno da questão colonial e geopolítica do conhecimento, com foco na influência da racionalidade e modernidade/ colonialidade demonstradas no seu desenvolvimento de teorias sociais e políticas. A necessidade de revisão da constituição histórica da modernidade e seu lado obscuro com reflexos na América Latina, ou seja, o sua perspectiva crítica divergências com alguns termos ainda utilizados para caracterizar o grupo subalternista latino-americano, faz com que Mignolo e outros intelectuais do subcontinente desagreguem o grupo de estudos subalternos latino-americano alegando que os estudos subalternos “não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêntricos” (Mignolo, 2007: 14-15), fundando ainda no final dos anos 1990, mais precisamente em 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade como parte do movimento decolonial por impulsionarem o questionamento do ocidental-centrismo

nas ciências. A categoria de colonialidade aparece como a contrapartida fundamental para enfatizar as consequências da modernidade nos países subdesenvolvidos ou de desenvolvimento tardio e é radicalizada com o “giro decolonial”. Ballestrin indica que este termo foi utilizado primeiramente por Nelson Maldonado Torres em 2005, ano em que “organizou encontro em Berkeley chamado *Mapping Decolonial Turn*, onde o grupo Modernidade/Colonialidade dialogou com um grupo de filósofos caribenhos e filósofas latinas”, na reunião a decolonialidade passou a fazer parte do argumento de resistência teórico-prático, junto aos elementos modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2012: 16; Castro Gómez e Grosfoguel, 2007, Mignolo, 2007).

Se o pós-colonialismo busca compreender como, contemporaneamente, essas marcas do ordenamento colonial e imperial seguem operando, o argumento decolonial radicaliza essa compreensão, expandindo-a para além das heranças da ordem racial (negros, indígenas) e propõe análises de outras marcas na sociedade, como a de gênero, a de heteronormatividade, de religiosidade, etc. Foi um termo posteriormente bastante difundido por Walter Mignolo. Para o argentino, o movimento *decolonial* estaria em marcha desde o momento em que se propõe uma ruptura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como se pensava no Grupo Modernidade/Colonialidade (Mignolo, 2008).

A diversidade de formação e nacionalidades sempre foi uma característica dos intelectuais que compõe o grupo Modernidade/Colonialidade, entre os mais destacados, podemos citar, além do semiótico argentino Walter Mignolo, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander⁸, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o filósofo argentino Enrique Dussel, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, além do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein e o sociólogo peruano e destacado intelectual latino-americanos, Aníbal Quijano. Contemporaneamente se juntam ao grupo o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o sociólogo porto-riquenho Ramon Grosfoguel, O conhecido sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a linguista estadunidense Catherine Walsh, a semiótica argentina Zulma Palermo e o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres.

⁸ Lander organiza a principal coletânea publicada pelo grupo “Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, lançada em 2000 na cidade de Buenos Aires e em português pela CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, em 2005.

É crescente a produção anti-eurocêntrica e crítica na América Latina, impulsionada em grande medida pela programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos sediada na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Atualmente, são nomes de referências para o pensamento crítico desde a perspectiva marxista, a socióloga María Elvira Concheiro Borquez e também o filósofo político José Guadalupe Gandarilla Salgado, suas pesquisas sobre a atualidade do marxismo, poder e política na modernidade a partir de uma perspectiva decolonial, destacando-se o recente *Marx revisitado: posiciones encontradas*, livro publicado pela UNAM em 2016, organizado pelos dois autores.

Luciana Ballestrin nos indica que o pensamento *decolonial* trata de uma elaboração posterior ao que Mignolo teria elaborado com a denominação de Pensamento Fronteiriço (2012: 16, apud Ballestrin, 2012):

O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se à ele, ainda que o pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (Ibid.: 52).

Michael Löwy observa que existe uma polêmica contra essas tendências eurocêntricas ou ocidental-cêntricas não só na ideologia dominante, mas também no marxismo dominante (ou mais vulgarmente expandido), tanto nas suas variantes social-democrata como estalinista, as duas principais correntes em que cristalizou o pensamento do movimento operário de raiz marxista no século XX (Löwy, 2015). Há uma abrangência de pensamentos e estratégias teóricas entre os que compõem o movimento decolonial, que os diferenciam entre si principalmente quanto à articulação da perspectiva latino-americana e marxista.

A análise das diferenciações entre raças, ou a busca do essencialismo latino-americano, tem privilegiado a análise classista da América Latina hoje, seja sob os ditames da colonialidade, do imperialismo e das novas formas de acumulação. Trata-se, pois, de buscar uma articulação fecunda dos elementos não eurocêntricos do marxismo e da colonialidade, marcante na formação econômico-social latino-americana, tendo como plano de fundo o capitalismo mundial, mas, em análise dialética com as questões concretas década país.

Aníbal Quijano e Enrique Dussel compõem o núcleo clássico da teorização sobre descolonização, são pioneiros quando se trata de teorizações

a partir de uma perspectiva crítica sobre a América Latina. Quando se fala em produção teórica alternativa à hegemonia vigente na academia na década de 1960, o filósofo Enrique Dussel ([1975] 1977) explana que os argumentos que formaram o terreno que possibilitou a ascensão do “giro descolonizador” emergiram num difícil espaço de inserção ainda no contexto das ditaduras latino-americanas. Na Argentina, por exemplo, seu país de origem, surgiu um grupo que posteriormente se generaliza chamado Filosofia da Libertação. Dussel, como muitos outros investigadores, foi exilado para o México, onde desenvolveu sua primeira obra teórica, *Filosofía da Libertación en la América Latina*, de 1975, onde propunha uma mudança no ponto de partida do estudo, tendo como base o oprimido, indo de encontro às tendências modernas da época.

Tratava-se de uma tarefa interdisciplinária empreender um giro descolonizador no saber e na teoria latino-americana. Essa guinada epistemológica modificaria a forma de se produzir saberes partindo do sistema do método, utilizando-se da dialética e totalidade para as formulações dessa corrente clássica decolonial.

Aníbal Quijano, por sua vez, executa uma importante missão teórica ao destacar em seus escritos a função que a América Latina desempenhou no desenvolvimento do capitalismo, indicando que antes da colonização do subcontinente não se usava a definição “raça”, as diferenças de classe estariam delimitadas economicamente e também por meio de outras subjetividades. Aponta-nos que o conceito de *colonialidade do poder* exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho e a difusão de um aparato educacional uno, europeizado, que legitimariam nossa dependência financeira e intelectual (Quijano, 2005). Isto significou a validação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor.

Sob outro prisma, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez e Edgardo Lander são intelectuais que fazem parte do grupo decolonial e que em grande medida salientam a necessidade de rompimento com todas as grandes narrativas mundiais, incluindo em muitos aspectos o marxismo, por classificarem essa corrente como eurocêntrica e, portanto, referida a um espaço-tempo determinado. Investigam os efeitos da colonialidade na América Latina, revisando a produção teórica europeia e questionando e categorizando essa teorização como insuficiente. Para Grosfoguel (2008), os decoloniais não se caracterizam

como marxistas, nem antimarxistas, visto que possuem uma posição crítica apenas ao marxismo eurocêntrico, sem explicitar claramente quais autores comporiam essa vertente não-eurocêntrica do marxismo. Com essa perspectiva, o autor reitera que também no campo marxista os cientificistas reproduzem um eurocentrismo imperial em nível epistemológico.

Os autores decoloniais que rompem com o marxismo de forma mais clara, apresentam conceitos que, de acordo com suas leituras, contemplam a diversidade de formação social e cultural latino-americana, a exemplo do conceito de diversidade epistêmica, de Grosfoguel. Em contraponto a uma visão homogeneizada do que representa a análise marxista da sociedade, esse autores não aprofundam análises sobre o fato de que os fundadores do marxismo, Marx e Engels, estudam toda a sucessão histórica dos modos de produção, enfatizando ainda a estreita ligação entre a ascensão da classe burguesa e o colonialismo (Tible, 2014: 200).

No prefácio do texto *Formações econômicas pré-capitalistas –Formen*, Hobsbawn apontou que Marx para as questões da formação das relações sociais de produção e sobre o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, investigando o avanço das modificações das relações sociais de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas materiais, deduzindo ainda que para que se entendam as diferenças na evolução desses processos, seria necessário formular leis humanas universais, leis que expliquem tanto os pressupostos do trabalho assalariado e as condições históricas do capital. Antes mesmo da publicação das *Formen*, a temática da colonização e do desenvolvimento desigual das forças capitalistas não foram temas que lhes passaram despercebidos Jean Tible acertadamente indica que

Em Londres –centro do maior império–, desde 1849, Marx amplia seu escopo de interesse e começa a pensar situações além da Europa Ocidental e aqui já é possível perceber uma tensão entre os horrores do colonialismo e a necessária marcha civilizatória, sendo seu exemplo mais paradigmático talvez os artigos sobre a Índia (TIBLE, 2014, p. 202).

O autor destaca ainda que Marx não deixou de delegar aos futuros processos revolucionários sob as mãos das classes subalternas a missão de transformar e dar um novo rumo à esses processos que culminarão em uma forma superior de se organizar em sociedade, pontuando no Manifesto Comunista que “a burguesia não só se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte”, mas que produziu também os homens que empunharão essas armas.

Voltando aos autores decoloniais, Lander (2006) também questiona o marxismo como uma perspectiva adequada para o estudo sobre a América Latina. Ao contrastar a interpretação das mais diversas realidades do subcontinente –fortemente marcado pela colonização e racismo– com as aplicações doutrinárias do marxismo, Lander não encontra lugar dentro do que ele chama de perspectiva “europeizante” do marxismo. Sua crítica é acertada ao questionar a reprodução do eurocentrismo dentro do marxismo, assim como rechaçar a continuidade do pensamento conservador do século XIX trazido em certa medida pela própria “sociologia da modernização” e que se desenvolve em suas diversas versões durante o século XX seja através do neoliberalismo, seja com “as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente” (Lander, 2006: 223). Contudo, desconsidera toda a produção teórico-política e atuação de um marxismo genuinamente latino-americano, como as importantes análises e apropriações como as realizadas por Mariátegui.

Mignolo, tido como o fundador da *opção decolonial*, indica que não há como definir teoricamente essa opção. Para o autor, não se trata de uma missão e sim uma opção que se põe ao debate público no partindo do debate disciplinário da estruturação do saber, realizado primeiramente pelo grupo decolonial (Mignolo, 2002, 2003). Formula o conceito de “pensamento fronteiro” que resiste a cinco ideologias da modernidade, são elas: o cristianismo, o liberalismo, o conservadorismo, o colonialismo e o marxismo (Mignolo, 2003). Reconhece a importância de autores que no contexto da modernidade eurocêntrica denunciaram o sofrimento humano, como Marx, mas não utilizou as formulações do autor alemão para suas elaborações.

Os autores decoloniais aqui descritos chamam ao debate diversas categorias que foram trabalhadas desde a perspectiva marxista, mesmo que na aparência não estejam postas como sinônimos, mas na essência, se apresentam como semelhantes. Categorias trabalhadas por autores marxistas como Gramsci podem ser verificadas nos aportes teóricos, por exemplo, de Mignolo quando o autor argentino fala da importância da manutenção da matriz colonial de poder para o exercício da colonialidade, em termos gramscianos estaria falando do exercício da hegemonia. Quando destaca a importância de se avançar em um projeto descolonizador nas ciências, no saber, também podemos inferir a partir da elaboração gramsciana quanto a importância delegada ao papel dos intelectuais como “cimento histórico” que conformaria esse bloco hegemônico no poder. Contudo,

da maneira desenvolvida pelos intelectuais decoloniais que rompem com qualquer perspectiva totalizante, como o marxismo e a luta de classes internacionalista, descaram a carga revolucionária desses conceitos e transitam de estratégia política, privilegiando algum tipo de essencialismo latino-americano.

Os autores decoloniais marxistas aqui destacados, Dussel e Quijano, ao privilegiarem em suas análises o desenvolvimento desigual da sociedade e também o colonialismo e a colonialidade, romperam com o cientificismo positivista e institucionalismo que se visualizava no marxismo hegemônico da época, contudo, buscaram ao mesmo tempo recuperar a vitalidade do marxismo, aproximando a política e cultura dos interesses subalternos por meio de uma frente organizada e consciente de trabalhadores, camponeses e, no caso latino-americano, indígenas.

CONCLUSÕES

As novas relações na América Latina apresentam, para o campo das ciências sociais um desafio extraordinário, porque os problemas que confrontamos em termos de desigualdades existentes no mundo que aprofundam e evidenciam o desmantelamento da reprodução humana em favor de uma lógica de acumulação de capital, nos obrigam a responder teoricamente a partir da nossa realidade sobre as necessidades de rupturas fundamentais com um sistema que se faz presente não apenas no terreno da economia, ou num terreno cultural distante, mas que também se evidencia no tipo de conhecimento que produzimos ou que nos amparamos. Essa questão se relaciona diretamente com nossa própria atividade intelectual, com nossa reprodução e reinvenção, mas, sobretudo, com a construção de outra forma de organização da sociedade, sob outra hegemonia. Então, o debate que se trava sobre as possibilidades e projeções de outras maneiras de questionar, de outras formas de pensamento crítico e de diálogo com outros saberes tem que estar no centro dessa preocupação, principalmente se estamos pontuando um debate *a partir de e para* a América Latina. Contudo, não se trata de ter como ponto de partida a análise local, nacional, regional e perder a *mediação* para se analisar o todo.

É certo que a América Latina cumpriu e cumpre um papel chave na consolidação do capitalismo na forma imperialista, e que a partir do processo de colonização, um capitalismo *sui generis* se instala no subcontinente partindo da utilização de subjetividades como a racialização da

sociedade para impor, além da exploração no trabalho, a opressão social. Toda organização territorial, organização política e cultural começa na colônia como produto de negócios estrangeiros, maximizando as transferências de recursos para a Europa. Refletir sobre essa forma de organização é refletir fundamentalmente sobre as particularidades da formação econômico-social do subcontinente, uma discussão atrelada à discussão sobre a revolução latino-americana, se entendemos que só se conclui o processo de formação social com uma mudança estrutural profunda, logo, revolucionária.

Essa discussão não atinge de maneira decisiva nem o debate público, tampouco espaços de formação, como as universidades. O movimento decolonial intenciona avançar com este debate ao investigar a lógica da colonialidade (do poder, do saber e do ser) como a “face oculta da modernidade”, assim, indissolúvelmente ligada à criação e desenvolvimento do mundo moderno. Importante ressaltar que a colonialidade é baseada na classificação apoiada na lógica imperial e que sobrevive mesmo com o fim do colonialismo, uma classificação racial, étnica, sexual, patriarcal, entre outras que se combinam e que imprimem um tipo de subordinação nos diferentes níveis de vida individual e coletiva.

A problemática da colonialidade sempre esteve muito presente na teoria crítica latino-americana, Mariátegui foi pioneiro ao analisá-la sob o prisma marxista, uma perspectiva revolucionária de combate à colonialidade mobilizando sujeitos históricos subalternizados que, organizados em uma frente classista, através da consciência de seu papel histórico e por meio da política e ação direta tomariam em suas mãos os rumos da sua história. A descolonização seria, para o marxista peruano, a nossa segunda independência. Assim como Mariátegui, a teoria revolucionária de Gramsci também aparecem como fundamentais para pensarmos e discutirmos as categorias contemporaneamente apresentadas pelo movimento decolonial. Os autores, influenciados pela tradição revolucionária da época, bem como pela análise das experiências locais de auto-organização, vislumbravam na educação das massas –numa concepção mais ampla da educação e formação cultural dos grupos subalternos– uma ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária.

Nossa crítica marxista ao grupo decolonial, ao passo que não desconsidera a importância de sua argumentação, atenta para o fato de que ao pensar em uma descolonização priorizando fatores culturalistas e

subjetividades somente, não se avança numa luta efetiva contra a necessidade de frear a vulnerabilidade do subcontinente frente às mudanças na economia mundial. Este avanço do capitalismo através da partilha do mundo entre as grandes potências é objeto de investigação do grupo, contudo, a palavra descolonização ou, como preferimos indicar, a decolonialidade, ganha espaço no vocabulário acadêmico absorvendo diferentes sentidos, promovendo significados distintos e por vezes contrários em relação à emancipação e à libertação.

Faz-se necessário recuperar o tema da descolonização pelo prisma revolucionário, através da interpretação marxista da realidade como Gramsci e Mariátegui fizeram, privilegiando um projeto amplo de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular, nos mostram experiências fecundas de adaptação do marxismo à realidade local. Fato que implica considerar o imperialismo mais do que uma opção de governo, uma política econômica, mas sim uma forma elaborada do capitalismo, uma política de Estado, atuando no âmbito mais complexo da economia e da política.

A revisão ou superação do marxismo aparece como um tópico corrente na história das ideias, seja através da influência do revisionismo, seja na fase de burocratização da União Soviética sob o estalinismo, ou mesmo na América Latina, quando se questionou a pertinência a relação do marxismo com a realidade latino-americana, ainda na primeira fase de recepção do marxismo no subcontinente, em meados da década de 1920-1930.

Antes mesmo da teoria pós-colonial, havia uma popularização na academia ocidental de uma incipiente tradição anti-eurocêntrica. O movimento decolonial e o Grupo Modernidade/Colonialidade se espelham nessa vertente que, em inícios do século XX apresentou como notáveis representantes pensadores da descolonização e da questão negra atrelada ao processo de escravidão. Esses intelectuais, não coincidentemente são advindos de regiões periféricas, apresentando também em suas trajetórias algum tipo de envolvimento com as lutas anti-raciais ou pela descolonização.

A subalternidade como um conceito cunhado pelo italiano Antonio Gramsci e o socialismo indoamericano como um conceito estabelecido pelo peruano Mariátegui são dois conceitos que em maior ou menor medida, de forma direta ou indireta são recuperados pelos autores que reivindicam essa guinada epistemológica, essa descolonização do

pensamento, da teoria e das ciências sociais latino-americanas. Entre esses dois conceitos de subalternidade e indo-americanismo podemos inferir um terceiro conceito que é muito importante para o movimento decolonial que é a colonialidade, a forma latino-americana de *ser* subalterno.

Os autores decoloniais chegam até a acertada necessidade de vencer a colonialidade sob a face neoliberal, contudo, o reconhecimento do imperialismo e da disputa política para desmontar sua estrutura de dominação de raiz colonial não aparece como central nas análises do Grupo Modernidade/Colonialidade. Nas obras de Quijano e Dussel, enxerga-se, em certa medida uma “unidade dialético-concreta entre o específico e o universal”⁹, cabendo destacar também que não aparece nos autores uma redução do marxismo à uma ciência puramente econômica. Assim, são os autores que mais se aproximam de uma esquerda decolonial marxista, e que criativamente tem realizado uma síntese fecunda entre o marxismo e a decolonialidade.

Pouco se privilegia sobre a análise completa realizada por Mariátegui a cerca das particularidades latino-americanas, do indo-americanismo, da colonialidade, mas também do imperialismo, da centralidade dada pelo autor peruano à forma como o imperialismo se realiza na América Latina. Ou, quando se elabora sobre a subalternização dos sujeitos que tem sua história silenciada, interrompida, como fez Gramsci, se descarta a importância que o marxista italiano conferiu às relações de exploração impostas no mundo do trabalho e a formação do Estado, como um prisma analítico igualmente importante para apreender a subalternidade. Trata-se de entender que esses autores, desde o marxismo revolucionário, elaboram seus conceitos em uma perspectiva mais geral, conferem uma importância distinta à análise da formação econômico-social.

Assim, não se trata de não tomar as especificidades locais –latino-americanas– como relevante ponto de partida, trata-se, no entanto, de não perder o fio condutor de que não basta criticar a civilização ocidental e descurar da crítica ao capitalismo, se estamos vislumbrando uma necessidade de transformar a sociedade.

A subordinação do marxismo à questões éticas e raciais encobrem justamente a necessidade de se acabar com essa exploração através da luta política entre classes. Estudar esses processos e trazê-los para o debate contemporâneo é relevante, entre outros aspectos, por nos permitir

⁹ Expressão trazida por Löwy, 2006.

analisar criticamente os governos contemporâneos, onde discursos nacional-desenvolvimentistas voltaram à cena política, reavivando velhas ilusões enquanto incontáveis lutas das nacionalidades autóctones defendem o que restou de seus territórios e resistem ao genocídio em alguns países da América Latina.

A fecundidade da teoria marxista para a análise da América Latina, assim como outro lugar do mundo, se demonstra pela própria capacidade de atualização do capital, assim como pela competência de demonstrar “as condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado”¹⁰, sendo assim, um prisma relacional nevrálgico para o avanço criativo do movimento decolonial.

O movimento decolonial compõe parte importante na produção teórica contemporânea que nos últimos anos vem expressando as novas tendências de pesquisas que tem como foco a subalternidade latino-americana. Para avançar principalmente no combate dessa subalternidade, nos parece fundamental fomentar um terreno de troca que possibilite desenvolver e movimentar o próprio marxismo, partindo da análise local. Foi quando o marxismo realizou essa tarefa de desenvolver o conhecimento objetivo da realidade e da vontade nacional-popular que se mostrou mais criativo. Esta é uma tarefa fundamental para nós que pretendemos uma formação de consciência crítica de mundo, expressa na luta teórica e de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIAGA, LUCIANA (2016); Transformismo, hegemonia e subalternidade no pensamento de A. Gramsci. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política ABCP. Disponível em: http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1464295025_ARQUIVO_Transformismo,hegemoniaiesubalternidadenopensamentodeA.Gramsci-artigo.pdf.
- BALLESTRIN, LUCIANA (2012); O Giro Decolonial e a América Latina. 36º Encontro Anual da Anpocs: Águas de Lindóia. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/mr-3/mr19/8321-o-giro-decolonial-e-a-america-latina/file>.
- BARATTA, G. (2011); Antonio Gramsci em contraponto. São Paulo: UNESP.
- BEIGEL, Fernanda. (2015); Una mirada sobre otra: el Gramsci que conoció Mariátegui. *Estudios de Sociología*, Araraquara, N° 18/19, p. 23-49.

¹⁰ Expressão utilizada por Portantiero apud Santaella, 2015.

- CASTRO GOMEZ, SANTIAGO (1998); "Manifiesto inaugural". Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos. In: Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). Santiago Castro-Gómez y Eduardo Mendieta (Org.). México: Miguel Ángel Porrúa.
- CASTRO GOMEZ, SANTIAGO; GROSFUGUEL, RAMÓN (2007); El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. Disponible em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfuguelcastrogomez.pdf>.
- DEL ROIO, MARCOS (2007); Gramsci e a emancipação do subalterno. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 29, p. 63-78.
- DUSSEL, ENRIQUE (1977); Filosofía da Libertación na América Latina. São Paulo: Loyola/UNIMEP, Disponible em: http://enriquedussel.com/DVD%20Obras%20Enrique%20Dussel/Textos/15-4/filosofia_da_libertacao.pdf.
- GALASTRI, LEANDRO (2014); Classes sociais e grupos subalternos. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, n° 39, pp. 35-56.
- GRAMSCI, A. (2004); Escritos Políticos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- , (2002); Cadernos do Cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GREEN, MARCUS E. (2007); Sul concetto gramsciano di "subalterno". In: VACCA, G.; SCHIRRU, G. (orgs.) Studigramscianinel mondo (2000-2005). Bologna: Mulino.
- GROSFUGUEL, RAMON (2008); Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80. Disponible em: <https://rccs.revues.org/697>.
- HALL, STUART (2013); Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LANDER, EDGARDO (2006); "Marxismo, Eurocentrismo e Colonialismo", In: BORON, Atilio et al (orgs). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- LIGUORI, GUIDO (2013); Tres acepciones de "subalterno" en gramsci. In: Horizontes gramscianos: Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. Massimo Modonesi (Org.) Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM. Disponible em: <https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2014/04/modonesi-horizontes-gramscianos.pdf>.
- LÖWY, MICHAEL (2015); Entrevista a Michael Löwy. Analéctica. Revista Electrónica de pensamiento crítico. Año I, N° 9. Disponible em: <http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-lowy/>.

- LÖWY, MICHAEL (2006); *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- MARIÁTEGUI, JOSÉ CARLOS (2008); *Sete Ensaio de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular.
- , (2005); *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.
- MARX, KARL (2005); *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Boitempo, São Paulo.
- MANIFESTO DE LA F. U. DE CÓRDOBA. (1918); Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>.
- MIGNOLO, WALTER (2008); *La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso*. Revista Tabula Rasa, Bogotá, Colômbia, n.8.
- , (2007); *El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifesto*. Castro Gómez, Santiago; Grosfoguel, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>.
- , (2003); *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.
- , (2002); *The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference*. *The South Atlantic Quarterly*, 101:1.
- MODONESI, MASSIMO (2010); *Subalternidad. Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo*. Universidad Nacional Autónoma de México Instituto de Investigaciones Sociales. Disponível em: http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/497trabajo.pdf.
- QUIJANO, ANÍBAL (2005); *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- RIBEIRO, GUSTAVO L.; ESCOBAR, ARTURO (orgs.). (2012); *Antropologias Mundiais. Transformações da disciplina em sistemas de poder*. Brasília: Editora UNB.
- SAID, EDWARD (2007); *O Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTAELLA GONÇALVES, R. (2015); *O desafio teórico-político da “Nacionalização do Marxismo” na América Latina: chave analítica e necessidade histórica*. V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UNICAMP. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/Vsem/paper/view/339/176>.

- SCHLESENER, ANITA H. (1992); *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR.
- SEMERARO, GIOVANNI (2012); *Subalternos e periferias: uma leitura a partir de Gramsci*. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate, local*, v. 4, n. 1, p. 58-69, Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/9404/6842>.
- SPIVAK, GAYATRI C. (2010); *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TIBLE, JEAN (2014); *Marx e os outros*. Lua Nova, São Paulo, 199-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a08.pdf>.
- , (2012); *Marx e América indígena: Diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do estado*. 221p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de São Paulo. IFCH – Departamento de Sociologia. Campinas.

